

ATA Nº 149/DELI/2022

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2021 – 1ª PUBLICAÇÃO

OBJETO: Seleção de empresas para produção de empreendimento habitacional

COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO – Ato n.º 219/PRES, de 06/07/2021

Presidente: Harisson Guilherme Françóia, em substituição

Membros: Elizabete Maria Bassetto , Rodrigo Malagurti Di Lascio, Nara Thie Yanagui, Bruno Costa Schroeder e Jeferson Santiago de Alencar.

DA REUNIÃO:

Data: 20 de maio de 2022

Considerando que parte da equipe que compõe a Comissão Especial de Seleção está inscrita no Projeto Piloto de Teletrabalho, não foi realizada sessão presencial com transmissão em tempo real.

OBJETIVO: Análise e julgamento do RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela SOLAR DO BOSQUE EMPREENDIMENTOS SPE LTDA (mov. 88-123).

DA CRONOLOGIA DOS FATOS:

Os documentos encaminhados pela empresa SOLAR DO BOSQUE EMPREENDIMENTOS SPE LTDA foram protocolados no dia 08/03/2022 e, em 17/03/2022, o processo foi encaminhado para a DVIP para análise dos documentos técnicos.

Realizada a análise pela Divisão de Implementação de Programas – DVIP/DEPG e pelo Departamento de Licitação, dos documentos apresentados pela proponente, foram verificadas as seguintes inconsistências:

- 1) na Manifestação de Interesse apresentada, não foi preenchida a informação “endereço/bairro”. Em descumprimento ao item 7.1.1 do edital.
- 2) a Declaração, expedida pela Cohapar, de inexistência de débitos perante a Cohapar esteve vigente até 15/01/2022. Em desacordo com o item 9.1. letra “b” do edital.
- 3) ausência de Projeto de Implantação das unidades habitacionais aprovado pela Prefeitura Municipal onde conste a localização do empreendimento. Em descumprimento ao item 9.1. letra “c” do edital
- 4) a certidão Negativa de Falência da SOLAR DO BOSQUE EMPREENDIMENTOS SPE LTDA, expirou no dia 08/03/2022, desta forma, solicitamos que seja encaminhado documento válido;
- 5) ausência do Contrato social da empresa TECTUS CONSTUTORA E INCORPORADORA LTDA, desta forma, para fins de atendimento ao item 8.3, do edital, solicitamos o encaminhamento do contrato social em vigor, com suas eventuais alterações ou sua última alteração, desde que consolidada, devidamente registrado.

Registra-se que em consulta do CNPJ da empresa SOLAR DO BOSQUE junto ao CADIN (Cadastro Informativo Estadual), foi encontrada pendência em nome da RGR EMPREEND. SPE LTDA, perante à SANEPAR, conforme documento em anexo. Informamos que tal pendência não impede a participação, cabendo à regularização oportunamente. Caso a empresa venha

ATA Nº 149/DELI/2022

a ser selecionada, como condição para assinatura do Termo de Ajuste deverá regularizar a pendência.

Desta forma, no dia 29/03/2022, foi realizada diligência para correção das inconsistências apontadas, que deveriam ser atendidas no prazo de 15 (quinze) dias, isto é, até o dia 13/04/2022, conforme dispõe o item 11.4, edital. Assim em resposta, no dia 06/04/2022, a empresa encaminhou os documentos, juntados aos mov. 45 ao 68, e o processo foi remetido para a área técnica para análise dos referidos documentos.

Realizada a análise, a DVIP/DEPG emitiu a Nota Técnica nº 097/2022 (mov. 71), oportunidade na qual entendeu que a empresa não atendeu a totalidade das exigências do edital, conforme abaixo transcrito:

O Projeto de Implantação das unidades habitacionais incluído ao processo não apresenta a aprovação pela Prefeitura Municipal. Em descumprimento ao item 9.1. letra "c" do edital; e

A Certidão de Registro perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) apresentada venceu no dia 31/03/2022. Logo, houve descumprimento do item 9.1. letra "d" do edital.

Conclusão:

Conclui-se, portanto, que a **Solar do Bosque Empreendimentos SPE LTDA. NÃO CUMPRIU** os requisitos acima.

Na sequência, no dia 13/04/2022, conforme razões contidas na Ata nº 108/DELI/2022, a Comissão Especial de Seleção decidiu pela inabilitação da interessada, por descumprimento dos itens 9.1, letra "c" e "d", do edital. Desta forma, no mesmo dia foi dada ciência para a empresa do resultado do julgamento e do prazo de recurso, que **encerrou no dia 26/04/2022**, consoante e-mail juntado ao mov. 75.

Ocorre que, no dia 13/04/2022 às 18h34min, **após ciência das razões que levaram a sua inabilitação, a empresa encaminhou novos documentos juntados aos mov. 80-87, no entanto, o fez em resposta ao e-mail original da diligência que havia sido realizada no dia 29/03/2022, fora, portanto, do prazo para atendimento da diligência.**

Desta forma, o Departamento de Licitação esclareceu para a interessada que a decisão da Comissão levou em consideração os documentos inicialmente protocolados no dia 08/03/2022, bem como aqueles apresentados em sede de diligência, no dia 06/04/2022. Ainda, foi informado que o prazo em andamento referia-se tão somente ao prazo de recurso, momento no qual não se permite a apresentação de novos documentos. Assim, no dia 25/04/2022, tempestivamente, a empresa apresentou suas razões de recurso.

DA ANÁLISE DO RECURSO: A empresa apresentou recurso administrativo, mov. 88 a 123 requerendo, em síntese, o que segue:

"... visa o presente recurso a revogação / anulação dos atos decisórios praticados em 13.04.2021 concernentes ao chamamento público 01/2021 que entendeu por desclassificar a Recorrente com base em suposta e inexistente inobservância em relação às exigências do Edital (mormente a suposta e inexistente inobservância quanto a entrega de: c. Projeto de

ATA Nº 149/DELI/2022

implantação das unidades habitacionais (loteamento ou condomínio) aprovado pela Prefeitura Municipal onde conste a localização do empreendimento e d. Certidão de Registro perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou perante o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)).

Conforme será exposto, não é razoável afastar empresa cuja regularidade e cumprimento dos requisitos previstos em edital restou comprovada em momento antecedente/pretérito. O fato de ter sido supostamente entregue documento cuja validade expirou o vencimento (no curso do procedimento e mormente em virtude da demora referente a análise anterior, mas que se comprovou a regularidade), não justifica a sanção imposta.

Tal encaminhamento é formalismo exacerbado e não contempla na sua consequência elementos para sua sustentação/manutenção.”

a) Do atendimento ao item 9.1, letra “c”, do edital

A empresa alega que cumpriu o item 9.1, letra “c”, do edital, visto que encaminhou o projeto de implantação das unidades habitacionais aprovados pela prefeitura, no dia 13/04/2022, por tanto, dentro do prazo concedido.

No entanto, o prazo do dia 13/04/2022, referia-se ao fim do prazo de diligência, que foi atendida pela empresa com o encaminhamento de documentos (mov. 45 a 68), no dia **06/04/2022**. Assim, após o recebimento dos documentos o processo seguiu para nova análise pela área técnica, que verificou que a empresa não atendeu o item 9.1, letra “c” do edital, visto que o projeto de implantação das unidades habitacionais não estava aprovado pela prefeitura, conforme consignado na Nota Técnica nº 097/2022-DVIP, de 11/04/2022, utilizada pela Comissão para decisão quanto à inabilitação da empresa.

Dispõe o item 11.4, do edital, que as empresas devem atender a solicitação de ajustes e complementação no prazo de até 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período a critério da COHAPAR.

No entanto, a Recorrente apresentou documentos complementares no dia 13/04/2022, fora, portanto, do prazo para atendimento da diligência, que encerrou quando a empresa apresentou os documentos no dia 06/04/2022. De mais a mais, forçoso registrar que o prazo recursal não tem a finalidade de se aceitar novos documentos (o que se permite, de acordo com o item 11.4 do edital, em sede de diligência). Permitir o envio de novos documentos em fase recursal implica possibilitar uma nova fase de apresentação de documentos, o que não está previsto no instrumento convocatório.

Assim, a Comissão mantém a decisão que inabilitou a empresa por descumprimento do item 9.1, letra “c”, do edital.

b) Do atendimento ao item 9.1. letra “d”, do edital:

A recorrente alega que, no dia 08/03/2022, dentre os documentos inicialmente protocolados, constava a Certidão de Registro perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), mov. 25, para fins de atendimento do item 9.1, letra “d”, do edital, válido até o dia 31/03/2022.

Ocorre que, no momento em que a DVIP realizou a análise após a diligência, no dia 11/04/2022, referida validade havia expirado, constando assim na Nota Técnica nº 097/2022, a qual foi utilizada pela Comissão para decisão quanto à inabilitação da empresa.

ATA Nº 149/DELI/2022

Assiste razão a parte neste ponto visto que o documento teve sua validade expirada no decurso do processo, assim, em caráter de diligência, no dia 17/05/2022, a Comissão solicitou que a empresa encaminhasse referido documento válido, tendo a empresa atendido o solicitado no dia 19/05/2022, conforme mov. 124 e 125.

Desta forma, o recurso merece parcial provimento neste item, visto que a validade do referido documento expirou no transcorrer do processo.

DA DECISÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Ante o exposto, a Comissão Especial de Seleção julga **parcialmente procedente** o recurso para:

- a) Declarar o atendimento pela empresa do item 9.1, letra “d”, do edital, uma vez que, reconhecida a ausência de diligência para atualização da Certidão de Registro perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), cuja validade havia expirado no decorrer do processo, a empresa comprovou a regularidade em grau de recurso.
- b) **Manter a INABILITAÇÃO** da empresa **por descumprimento do item 9.1, letra “c”, do edital**.

Na forma do art. 100 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COHAPAR, o processo seguirá para decisão da instância superior.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente declarou encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata, que vai adiante assinada pelos Membros da Comissão de Licitação.

Assinado eletronicamente
Elizabeth Maria Bassetto
Presidente (ausente)

Assinado eletronicamente
Harrison Guilherme França
Presidente, em substituição

Assinado eletronicamente
Nara Thie Yanagui
Membro

Assinado eletronicamente
Jeferson Santiago de Alencar
Membro

Assinado eletronicamente
Rodrigo Malaguti Di Lascio
Membro

Assinado eletronicamente
Bruno Costa Schroeder
Membro

Documento: **ATAn149.2022JULGAMENTORECURSO.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Bruno Costa Schroeder** em 20/05/2022 16:47, **Rodrigo Malagurti Di Lascio** em 20/05/2022 16:53, **Jeferson Santiago de Alencar** em 20/05/2022 16:57.

Assinatura Simples realizada por: **Nara Thie Yanagui** em 20/05/2022 16:38, **Harisson Guilherme Francoia** em 20/05/2022 16:41.

Inserido ao protocolo **18.717.188-1** por: **Nara Thie Yanagui** em: 20/05/2022 16:38.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
a313164b97e81d81700ce475d476ae97.